



Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

OS PRIMEIROS PROFESSORES PÚBLICOS NO RS

Publicado no site em 08/04/2019

Regina Portella Schneider

A história do ensino gaúcho mostra que a primeira professora pública morreu como indigente, depois de ter dedicado toda sua vida ao magistério

Os primeiros tempos de ocupação de nosso território pelos portugueses fora incertos e agitados. Os dirigentes militares, desde 1737, voltavam seus esforços no sentido de defender o território contra o avanço espanhol e de firmar a posse das terras por Portugal.

Com o passar do tempo, o Continente de São Pedro do Rio Grande ia sofrendo transformações. O domínio português firmava-se e já se estabelecera um início de vida administrativa. Muito embora a coroa portuguesa não promovesse a educação das novas gerações de rio-grandenses, houve elementos designados para governantes que se interessaram por essa terra, que se aperceberam de suas necessidades e tomaram providências para solucioná-las.

Coube a José Marcelino de Figueiredo a iniciativa de criar escolas no Continente. Este governador organizou dois núcleos de povoação – dois Povos – com índios dispersos, que vagavam pelo território, com o objetivo de dar-lhes assistência e educação, preparando-os para uma vida de sustento próprio, de utilidade pessoal e social, persuadindo os índios a que se sujeitassem com gosto ao trabalho e ao ensino “para que se distinguissem dos brutos”. Esses Povos receberam as denominações de Nossa Senhora dos Anjos e São João Batista. Cada Povo teria, além dos ranchos, uma igreja, cemitério e escolas.

O governador José Marcelino de Figueiredo mandou para administradores e mestres desses Povos, em 4 de janeiro de 1771, o furriel Salvador Martins Pereira e Antônio José de Alencastre (que serviria, também, de secretário e caixa do Povo de N^a S^a dos Anjos até 1776). Em 30 de julho de 1776, sentou praça de Mordomo dos estudantes e meninos da escola do Povo de N^a S^a dos Anjos, Manoel da Silva, com o ordenado de quatro anual doblas de 12 mil e 800 réis cada uma. E o governador deu para esta escola, que possuía regime de internato, regras a serem observadas, como uma espécie de Regulamento.

O governador José Marcelino de Figueiredo criou, no ano de 1778, uma Casa de Recolhidas, dedicada à N^a S^a das Dores, para meninas indígenas. Neste Recolhimento começou a lecionar a Mestra GREGÓRIA RITA COELHO. E consta nos Registros que, no início de 1797, foi-lhe dada permissão para que pudesse ter, nas imediações da Vila de N^a S^a dos Anjos, algumas vacas de leite para alimentar melhor as meninas. Esta professora conhecia a língua guarani e durante muitos anos lecionou no Recolhimento da Vila.

Dessa iniciativa do governador José Marcelino de Figueiredo (de organizar escolas para meninos e meninas indígenas) discordava o Vice-Rei D. Luis de Vasconcelos e Souza, conforme comunicado às cortes de Lisboa, onde qualificava de despótica a atitude do governador, que erigira as duas escolas sem depender de nenhuma Resolução de Sua Majestade, o rei de Portugal.

As escolas da Aldeia dos Anjos não tiveram as atenções dos governantes que sucederam a José Marcelino de Figueiredo e, assim, elas foram definhando, e após alguns anos, nada delas restava.

Depois de extinto o Recolhimento das meninas, aquela que foi a primeira mestra do ensino público em nossa terra, sem meios de subsistência, viu-se a braços com a miséria. Seus derradeiros dias foram de indigência e abandono. Faleceu em Porto Alegre, num sótão da rua da Igreja, onde abrigara, por caridade de alguém, as últimas horas de uma vida de dedicação ao ensino.

Naqueles longínquos anos, o ensino público era cerceado por Portugal, pois não interessava à Metrópole que o Brasil se desenvolvesse e trilhasse o caminho da independência.

No início do século XXI a situação é a mesma: o ensino público destruído, os professores na miséria. Antigamente, Portugal. E hoje, a quem interessa o desmantelamento do ensino público e da educação?

Regredimos?